U.PORTO FACULDADE DE CIÊNCIAS DA NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO UNIVERSIDADE DO PORTO

nucóide e pluriglandular — adiposidade geral com hipoplastia das partes sexuais; c) infantilismo e hipoplastia — diminuição uniforme de todos os diâmetros do corpo.

NATÁLIA PAIS

dispneia — MED. Dificuldade respiratória consciente, ou impressão subjectiva de falta de ar. Esta sensação subjectiva pode ser ou não acompanhada por dificuldade objectiva. No entanto, a respiração difícil, trabalhosa, pode verificar-se e medir-se, em um doente inconsciente. Há dois tipos de D.: D. relacionada com doenças orgânicas e D. psicogénica.

No primeiro grupo, podemos incluir as seguintes variedades: a) de origem respiratória, consequência quer da diminuição ou perda de mobilidade da parede torácica, quer da existência de lesões pulmonares, quer ainda de modificações do calibre da árvore traqueobrônquica; b) de origem cardíaca (D. de esforço, ortopneia, D. paroxística); c) dependente de alterações citológicas do sangue (anemia); d) relacionada com alterações do equilíbrio ácido-básico do sangue (estados acidóticos, p. ex.); e) provocada por perturbações do metabolismo tecidular (febre, hipertireoidismo, esforço violento). Em todas estas circunstâncias se encontra viciada a função respiratória no que ela tem de mais essencial: fornecer oxigénio aos tecidos.

No grupo das D. psicogénicas dominam os factores emocionais e psiconeuróticos. Há, aqui, uma consciência exagerada do acto respiratório. É o que se verifica nas emoções: quando «falta a respiração», não se pode respirar fundo, há a sensação de respiração cortada e de sufocação. Também em certas doenças cérebro-vasculares a D. pode aparecer e tomar formas particulares (respiração de Cheine-Stokes).

Foram invocados vários mecanismos patogénicos como responsáveis pelo aparecimento da D. Não satisfizeram, porém, os fisiologistas, visto darem explicações parciais para as várias condições clínicas.

ESTEVES PINTO

disponibilidade alimentar — NUTR. Refere as quantidades de alimentos postas ao dispor de uma população e, fazendo contas, ao dispor de cada indivíduo dessa população. Exprime-se em peso de alimentos, do qual, conhecido o conteúdo nutritivo de cada um, pode inferir-se a quantidade oferecida (disponibilizada) de calorias, gorduras, ferro, etc. P. ex., sabe-se que enquanto a capitação diária portuguesa de leite em natureza foi de 166 g, em 1980, ela subiu para 289 g, em 1992. E que a capitação de gorduras foi, nos mesmos anos, respectivamente de 117,4 g e 131,1 g. A D. A. é definida a partir da *balança alimentar*, exercício estatístico que considera o produzido e importado, por um lado, e o retido em armazém e exportado, por outro. A diferença indica o disponibilizado médio aos consumidores. Como é mais fácil estabelecer a balança alimentar de um país do que conhecer, através de trabalhosos inquéritos de consumo (aliás de rigor aleatório), o que realmente é ingerido por cada habitante, é frequente tomar as quantidades disponíveis de alimentos pelo que é, de facto, individualmente consumido, e inferir daí a situação nutricional de uma população. Esta inferência é incorrecta embora corrente e vulgarizada.

A situação nutricional de uma pessoa resulta do efeito biológico do que ela efectivamente ingere. E ela nem sequer ingere tudo o que lhe é oferecido: parte pode ficar no prato, ou restar na travessa e no recipiente culinário, ou perder-se durante o amanho, ou manter-se armazenado, ou avariar-se, ou ser desviado para alimentação de animais domésticos e de criação. Por outro lado, tomar a disponibilidade de alimentos e de nutrimentos como sinónimo de quanto é individualmente ingerido é erro grosseiro, pois não considera as variações entre pessoas que decorrem de capacidade aquisitiva, auto-abastecimento não manifestado, preferências e hábitos, nível individual de consumo voluntário e forçado, percentagem de aproveitamento doméstico dos alimentos em bruto, níveis de desperdício durante a preparação de produtos industrializados e de pronto-a-comer, etc. Finalmente, o conhecimento da D. A. nada nos diz acerca de perdas e ganhos do valor nutricional decorrentes da conservação, manipulação e cozinha dos alimentos em bruto.

EMÍLIO PERES

disposição — FIL. Ordem, arranjo, estrutura, como resultado de uma força ou poder ordenador. A este sentido, originariamente transitivo, depressa se juntou, por influência da doutrina aristotélica, o sentido intransitivo de *aptidão, capacidade, inclinação* (potência subjectiva). Podemos, portanto, definir a D. como uma qualidade que inclina positiva ou negativamente uma potência a um determinado fim, seja à recepção de uma forma, seja à realização de uma acção. Praticamente, todos os sentidos em que o termo é actualmente usado encontram-se já em Aristóteles, que dele fez larga aplicação. Com efeito, o Estagirita ensinou que a D. é a ordem das partes num todo, segundo o lugar (categoria aristotélica do *situs*), a potência ou a forma (*Met.*, V, c. 19, 1022b). E no livro das *Categorias* determina-a expressamente como uma *qualidade* em conexão com o *hábito*. Embora distinta do hábito, pela sua menor aderência ao sujeito a que pertence e consequentemente pela sua maior instabilidade e mobilidade, a D. pode transformar-se em hábito, para o qual tende como para a sua perfeição (*Ética a Nicómaco*, II, c. I 1103a). Assim, a ciência, a virtude, etc., são hábitos porque são, de sua natureza, qualidades estáveis; a dúvida, a opinião, etc., pelo contrário, são disposições porque, de ordinário, são mais facilmente removíveis. Esta aproximação de sentido explica o facto de, por vezes, o próprio Aristóteles (*ibid.*, II, 7, 1107) e os estóicos em geral (Cícero, *Tusc.*, IV, 34) usarem o termo D. para traduzir a virtude. Na *física*, é concebida como requisito prévio, como tendência, que inclina a matéria a receber uma forma (I c 7, 190b). Foi isto certamente que levou S. Tomás a concluir que nenhuma forma pode subsistir sem uma matéria